



MARCO ALBERTO BRANCO PIRES  
NOTÁRIO  
CARTÓRIO NOTARIAL EM ALBUFEIRA (ALGARVE)

Urb. Quinta da Correia, lote 54-B, loja 3, 8200-115, Albufeira

Telefone -289 582 157 Fax -289 582 158

Notário  
Lic. Marco Alberto Branco Pires

## Certifico

Que a presente fotocópia, composta de seis folhas, foi extraída da Escritura exarada de folhas cento e quarenta a folhas cento e quarenta e cinco do livro de notas para escrituras diversas número oitenta e cinco-A deste Cartório e respectivo documento complementar. -----

Está conforme o original. -----

Albufeira, dozasse de Abril de dois mil e dez.

**A Colaboradora,**

(Com autorização artº 8 nº 3 do Estatuto do Notariado)

Élia Maria Sousa Costa Gonçalves

Maria da Ascensão Lopes Pereira

Registo nº 1366

Emitida factura/recibo nº 1387

7.19



Liv. 85-A

Fls. 104

## CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO

No dia dezanove de Abril de dois mil e dez, no Cartório Notarial sito na Urbanização Quinta da Correeira, Lote cinquenta e quatro-B, loja três, em Albufeira, perante mim, Marco Alberto Branco Pires, respectivo notário, compareceram como outorgantes:\_\_\_\_\_

**PRIMEIRO:**\_\_\_\_\_

**NUNO MIGUEL MENDES DA SILVA**, natural da freguesia e concelho de Albufeira, casado, residente no Bairro Alice lote 9, 3ºJ, Montechoro, Albufeira, portador do Bilhete de Identidade n.º 11198278 de 23/01/2006 emitido pelos SIC de Faro.\_\_\_\_\_

**SEGUNDO:**\_\_\_\_\_

**TITO JOSÉ SERRÃO REAL**, natural de Moçambique, casado, residente na Rua do Estádio 12A, r/c dtº, Albufeira, portador do Bilhete de Identidade n.º 7643887 de 26/07/2000 emitido pelos SIC de Lisboa.\_\_\_\_\_

**TERCEIRO:**\_\_\_\_\_

**VITOR GONÇALO CORREIA PIRES**, natural da freguesia de Algoz, concelho de Silves, solteiro, maior, residente na Rua do Palmeiral, 128, em Algoz, portador da Carta de Condução nº FA-209556 de 21/05/2007 emitida pela DGV-Faro.\_\_\_\_\_

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos referidos documentos de identificação.\_\_\_\_\_

**PELOS OUTORGANTES FOI DITO:**\_\_\_\_\_

Que, por esta escritura, constituem uma associação com a denominação de **“SLOT CLUBE DE ALBUFEIRA”**, com sede na

129

Quinta do Infante, Lote 14, Loja C, em Albufeira;\_\_\_\_\_

Que esta associação rege-se pelos estatutos que constam do documento complementar elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, que declaram conhecer e dispensar a sua leitura.\_\_\_\_\_

ASSIM O DISSERAM E OUTORGARAM\_\_\_\_\_

ARQUIVO:\_\_\_\_\_

- O referido documento complementar.\_\_\_\_\_

- Impressão de Certificado de Admissibilidade de Firma ou Denominação, com o código 3640-2381-3208, emitido aos 11/03/2010, que consultei hoje, onde consta o NIPC 509 363 717.\_\_\_\_\_

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo.

2. *Maria Miguel Mendes Silva*

2. *[Signature]*

2. *Vitor Goncalves Correia Dias*

*[Signature]*

Selo liquidado hoje, da verba 15.1, na importância de 25 €.

Conta registada sob o n.º 1366

*[Signature]*

Doc. Nº 146

Livro Nº 25-A Fls. 104

Documento complementar elaborado nos termos do artigo 64º n.º 2 do Código do Notariado e que faz parte integrante da escritura outorgada em dezanove de Abril de dois mil e dez, exarada a folhas 104 do Livro de notas número 25-A do Cartório Notarial de Albufeira a cargo do notário Marco Alberto Branco Pires.

## ESTATUTOS

### ARTIGO 1.º

#### DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

1. A associação tem a denominação de Slot Clube Albufeira, é uma associação sem fins lucrativos, durará por tempo indeterminado, e tem a sua sede na Quinta do Infante Lote 14 Loja C 8200 Albufeira, podendo a mesma ser mudada para outro local, dentro do mesmo concelho, por deliberação da Assembleia-geral.
2. A associação tem o número de pessoa colectiva, 509 363 717

### ARTIGO 2.º


#### OBJECTO

A associação não tem finalidade lucrativa e tem por objecto dinamizar junto dos seus associados e população em geral, actividades relacionadas com o Slot Car, modelismo, modelismo motorizado ou estático e formação relativa à utilização de mini-modelos no âmbito do lazer e/ou desportivo, e sempre desligadas de qualquer contexto político ou religioso.

### ARTIGO 3.º

#### RECEITAS

Constituem receitas da associação, designadamente:

- 
- a) A jóia inicial paga pelos sócios;
  - b) O produto das quotizações fixadas pela assembleia-geral;
  - c) Os rendimentos dos bens próprios da associação e as receitas das actividades sociais;
  - d) As liberalidades aceites pela associação;
  - e) Os subsídios que lhe sejam atribuídos.

#### **ARTIGO 4.º**

##### **ORGÃOS SOCIAIS DA ASSOCIAÇÃO**

1. Os Órgãos Sociais da Associação são a Assembleia-geral, o Conselho Fiscal e a Direcção.
2. Os membros dos Órgãos Sociais são eleitos por períodos de dois anos, sendo os mandatos gratuitos.

#### **ARTIGO 5º**

##### **ASSEMBLEIA-GERAL**

1. A Assembleia-geral inclui todos os associados de pleno direito da associação e são só esses que nela podem participar, devendo para tanto terem as suas quotas em dia.
2. A competência da assembleia-geral e a forma do seu funcionamento são os estabelecidos no Código Civil, designadamente no artigo 170º, e nos artigos 172º a 179º.
3. A Assembleia-geral deverá reunir, pelo menos uma vez por ano e poderá ser convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, pela Direcção ou por mais de um quinto dos associados de pleno direito.
4. A convocação da Assembleia deverá ser feita através de aviso postal enviado para a morada de cada associado, e que constar na associação, com a antecedência mínima de dez dias e dela constará, obrigatoriamente, o dia, a hora, o local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos, devendo ser indicados com precisão os assuntos que nela estão incluídos.

2/3

756

5. A Assembleia-geral reunirá à ordem marcada na convocatória se estiverem presentes mais de metade dos associados efectivos ou uma hora depois, com qualquer número de presenças.

6. A Mesa da Assembleia-geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, os quais serão eleitos em Assembleia-geral.

7. Cada associado efectivo pode fazer-se representar por outro associado com a mesma qualidade devendo, para o efeito, emitir uma declaração escrita, com assinatura reconhecida pelo notário, dirigida ao Presidente da Mesa.

8. Em caso algum é admitido que um associado de pleno direito possa representar mais do que um associado, também ele de pleno direito.

9. É admitido o voto por correspondência, nos termos que vierem a ser definidos pelo Regulamento Interno, a aprovar pela Assembleia Geral.

10. Os membros da Mesa da Assembleia-geral podem participar nas reuniões de Direcção, aí assumindo um papel meramente consultivo.

## **ARTIGO 6º**

### **DIRECÇÃO**

1. A direcção, eleita em assembleia-geral, é composta por sete associados; um Presidente, um Vice-presidente, um Secretario, um Tesoureiro e três Vogais.

2. Á direcção compete a gerência social, administrativa e financeira da associação, e representar a associação em juízo e fora dele.

3. A forma do seu funcionamento é a estabelecida no artigo 171º do Código Civil.

4. Para obrigar a associação são necessárias as assinaturas de três membros da direcção, sendo sempre obrigatória a do Presidente e do Tesoureiro.

## **ARTIGO 7º**

### **CONSELHO FISCAL**

1. O Conselho Fiscal, eleito em assembleia-geral, será constituído por três elementos, sendo um Presidente, outro Vice-Presidente e terceiro, o Secretário.

2. Ao Conselho Fiscal compete fiscalizar os actos administrativos e financeiros da direcção, fiscalizar as suas contas e relatórios, e dar parecer sobre os actos que impliquem aumento das despesas ou diminuição das receitas.

3. A forma do seu funcionamento é a estabelecida no artigo 171º do Código Civil.

## ARTIGO 8º

### ADMISSÃO E EXCLUSÃO

As condições de admissão e exclusão dos associados, suas categorias, direitos e obrigações, constarão de regulamento a aprovar pela assembleia-geral.

## ARTIGO 9º

A Assembleia Geral ou a Direcção podem nomear grupos de trabalho (comissões) para a realização de tarefas transitórias ou de colaboração especial ou técnica, as quais cessam a sua actividade quando concluídos os respectivos trabalhos.

## ARTIGO 9º

### EXTINÇÃO. DESTINO DOS BENS.

Extinta a associação, o destino dos bens que integram o património social, que não estejam afectados a fim determinado e que não lhe tenham sido doados ou deixados com algum encargo, será objecto de deliberação dos associados.

## ARTIGO 10º

### NORMA TRANSITÓRIA

Enquanto não forem designados os membros dos órgãos sociais a associação será dirigida em todos os assuntos que lhe digam respeito por uma comissão instaladora composta pelos associados outorgantes.

• Nuno Miguel Mendes Silva  
• Vitor Gonçalo Correia Bires  
• [Assinatura]

[Assinatura]